

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM CONSELHO

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

Administração Direta

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE (NOTA 1)	2.168.446,09	1.695.988,59	PASSIVO CIRCULANTE (NOTA 13)	13.408.474,46	9.479.298,75
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA- (F) (NOTA 2)	1.798.309,79	1.685.756,91	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVID. E ASSISTENCIAIS A PAGAR-(F) (NOTA 14)	20.031,20	9.311,51
CRÉDITOS A CURTO PRAZO- (P) (NOTA 3)	263.919,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO-(F) (NOTA 16)	10.042.191,67	6.418.058,06
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO- (F) (NOTA 5)	10.231,68	10.231,68	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO-(P) (NOTA 17)	0,00	447,50
ESTOQUES- (P) (NOTA 7)	95.985,62	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO-(F) (NOTA 18)	3.346.251,59	3.051.481,68
ATIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 8)	6.091.934,89	4.839.066,11	TOTAL DO PASSIVO	13.408.474,46	9.479.298,75
IMOBILIZADO- (P) (NOTA 11)	6.091.934,89	4.839.066,11			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			RESULTADOS ACUMULADOS	-5.148.093,48	-2.944.244,05
			RESULTADO DO EXERCÍCIO -(P)	-2.218.548,90	-1.318.630,81
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES -(P)	-2.944.244,05	-1.818.936,78
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES -(P)	14.699,47	193.323,54
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 25)	-5.148.093,48	-2.944.244,05
TOTAL	8.260.380,98	6.535.054,70	TOTAL	8.260.380,98	6.535.054,70
ATIVO FINANCEIRO (NOTA 26)	1.808.541,47	1.695.988,59	PASSIVO FINANCEIRO (NOTA 28)	22.214.756,41	13.666.001,90
ATIVO PERMANENTE (NOTA 27)	6.451.839,51	4.839.066,11	PASSIVO PERMANENTE (NOTA 29)	0,00	447,50
SALDO PATRIMONIAL				-13.954.375,43	-7.131.394,70

COMPENSAÇÕES

Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	2.140,00	9.900,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	9.119.907,23	2.775.085,67
TOTAL	2.140,00	9.900,00	TOTAL (NOTA 31)	9.119.907,23	2.775.085,67

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ORDINÁRIA	-6.620.452,07	-4.752.242,64
VINCULADA	-13.785.762,87	-7.217.770,67
0009 - Recursos Transferidos pelo SUS	-1.482.788,92	-1.984.977,84
0027 - Transferências de Convênios - Saúde	-6.786.884,64	-793.928,84
0061 - Bloco de Atenção Básica	-3.351.128,17	-2.627.180,63
0062 - Bloco de MAC	-2.057.480,71	-860.215,10
0063 - Bloco de Assistência Farmacêutica	-305.653,55	-895.235,78
0064 - Bloco de Vigilância em Saúde	-301.984,42	-168.077,80
0065 - Bloco de Investimentos do SUS	500.157,54	111.845,32



DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
0070 - Outros Recursos do SUS	0,00	0,00
TOTAL (NOTA 30)	-20.406.214,94	-11.970.013,31

Elayne Cristine das Neves Lima
Sec. de Saúde

Jociéder Araújo Mineiro
CT - CRC-PE 027671/O-4





Documento Assinado Digitalmente por: DANNILO CAVALCANTE VIEIRA, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://dce.fao.org/brasil/assinatura/Documento/Cadastro-de-Documentos/545654150241091684281542204>

Fundo Municipal de saúde

BALANÇO INDIVIUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal de saúde

Exercício de 2018

Balanço Patrimonial
Anexo 14 da Lei Federal 4.320/64

Prestação de Contas de Gestão
Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018, alterada
pela Resolução TCE-PE nº 052, de 06 de fevereiro de 2019.

(Reservados os direitos autorais e intelectuais destas notas explicativas sendo vedado a reprodução sem autorização do CESPAM)



APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis (DCON) contemplam a execução e a análise dos orçamentos fiscais e da seguridade social, bem como os aspectos relacionados ao patrimônio público e suas variações, sendo materializadas nos *Balanços Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrativo da Dívida Flutuante* acompanhados de *Notas Explicativas*.

Para tanto, os dados do Fundo Municipal de Saúde foram extraídos do Sistema Contábil **Betha**.

SAPO.

Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV e XXV da Resolução TCE-PE nº 48, de 19 de dezembro de 2018, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo II como, por exemplo: o demonstrativo da dívida flutuante (Anexo XXV), dentre outros.



Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando os dados do balanço patrimonial de 2018, observamos que o total do ativo circulante (bens e direitos de curto prazo) foi de R\$ 2.168.446,09, enquanto o não circulante (bens e direitos de longo prazo) foi de R\$ 6.091.934,89. O passivo de curto prazo (circulante) apresentou o valor de R\$ 13.408.474,46, enquanto o passivo de longo prazo (não circulante) apresentou o valor de R\$ 0,00. Utilizando a equação patrimonial (ativo – passivo = patrimônio líquido), ao final do exercício, o patrimônio líquido do Fundo Municipal de Saúde apresentou o saldo patrimonial de R\$ -5.148.093,48 (deficitário).

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes a DCON.

DANNILO CAVALCANTE VIEIRA
Prefeito

ELAYNE CRISTINE DAS NEVES DE LIMA
Secretária de Saúde

ALFREDO COSTA FERRO
Diretor de Contabilidade

BALANÇO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal de Saúde
Exercício de 2018



(Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018, alterada pela Resolução TCE-PE nº 052, de 06 de fevereiro de 2019)

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome do órgão ou entidade: Fundo Municipal de Saúde de Bom Conselho.
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 120-1 – Fundo Público.
CNPJ: 10.800.021/0001-45.
Domicílio do órgão ou entidade: Rua Vidal de Negreiros, nº s/n – Bairro: centro – Cidade: Bom Conselho – Pernambuco – CEP: 55.330-000.
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: O Fundo Municipal de Saúde concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 “Fundo Público” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A população estimada pelo IBGE é de 48.336 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 2.0. Durante o exercício de 2018 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.704/20187 de 12 de Dezembro de 2017 (LOA para o ano de 2018).
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
Consolidação das demonstrações contábeis: Está demonstração contábil abrange unicamente os dados executados pelo Fundo Municipal de Saúde de Bom Conselho, uma vez que se trata da prestação de contas desta entidade.
Dados do gestor do Fundo Municipal de Saúde: Nome: Elayne Cristine das Neves de Lima. Cargo: Secretária de Saúde. Período de gestão: 02/01/2018 a 31/12/2018.
Dados do contador do Fundo Municipal de Saúde, responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas: Nome: Jociéder Araújo Mineiro. CRC-PE nº 027671/o-4. E-mail: jocieder@cespam.com.br..
Dados do Diretor de Contabilidade responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo Municipal de Saúde de Bom Conselho: Nome: Alfredo Costa Ferro. Portaria nº: 053/2017. E-mail: drogapcicero@hotmail.com..
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: Cecília Márcia Bezerra de Matos. Portaria nº: 004/2017. E-mail: cmm.matos@hotmail.com.
Nome do Software de Contabilidade utilizado no Fundo Municipal de Saúde: Betha SAPO
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: www.bomconselho.pe.gov.br/transparencia .

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na



consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TC nº 048/2018 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2. Bases de mensuração utilizadas:

O balanço patrimonial foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento as NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo:

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques:

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2018, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2018, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado:

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível:

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.



b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante:

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos:

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões:

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado:

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos: Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Constituição de provisões: Não foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades: Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.



c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2018
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE (NOTA 1)	2.168.446,09	1.695.988,59
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA- (F) (NOTA 2)	1.798.309,79	1.685.756,91
CRÉDITOS A CURTO PRAZO- (P) (NOTA 3)	263.919,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO- (F) (NOTA 5)	10.231,68	10.231,68
ESTOQUES- (P) (NOTA 7)	95.985,62	0,00

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2018 foram de **R\$ 2.168.446,09**, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo estoques.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2018 somam **R\$ 1.798.309,79**. O valor disponível apresentou acréscimo de **R\$ 112.552,88** em relação ao exercício de 2017 que foi de **R\$ 1.685.756,91**.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA DETALHADA (Art. 8º e Art. 50 da LC 101/2000 LRF)		
Entidade	Recursos Próprios	Recursos Vinculados
Fundos Municipal de Saúde (FMS).	67.286,20	1.731.023,59
Total	67.286,20	1.731.023,59

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

Níveis	Valor
Créditos de transferências a receber (1)	263.919,00
Dívida ativa tributária (2)	0,00
Dívida ativa não tributária (2)	0,00
TOTAL	263.919,00

(1) Ao final do exercício a classificação dos ativos a curto prazo mostra que o valor evidenciado como "Créditos de Transferência a Receber" no valor de **R\$ 263.919,00**, referem-se aos registros patrimoniais da receita por competência baseado nos valores liberados pelo FNS/SUS no valor de **R\$ 263.919,00**. Os valores foram compensados financeiramente apenas no exercício de 2019 em atendimento ao estudo técnico da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e NBCASP. No entanto, o registro por competência foi realizado. Os valores dos avisos de crédito estão disponíveis na internet nos seguintes endereços eletrônicos: <http://portalfns.saude.gov.br/>

Nota 4) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A CURTO PRAZO: Não houve ajustes para perdas de créditos tributários a curto prazo.

Descrição	2016	2017	2018	Média
Saldo da Dívida Ativa Tributária em 01 de janeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Arrecadado no ano	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentual de Arrecadação	%	%	%	%
Percentual de Perda de Arrecadação (%)	%	%	%	%

Saldo da Dívida Ativa em 31/12/2018 **R\$ 0,00**
Ajuste para Perda da Dívida Ativa Tributária (Curto Prazo) **R\$ 0,00**



Nota 5) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

Níveis	Valor	Atributo
Tributos a recuperar/compensar	0,00	F
Depósitos restituíveis e valores vinculados	0,00	F
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário família pago	10.231,68	F
Créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago	0,00	F
Subtotal	10.231,68	
Créditos previdenciários a receber	0,00	P
Créditos a receber e valores a curto prazo	0,00	P
Subtotal	0,00	P
TOTAL	10.231,68	

Nota 6) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total de **R\$ 0,00** compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 7) ESTOQUE: O saldo do estoque inicial em 31/12/2017 foi de **R\$ 0,00** e as incorporações em 2018 somam **R\$ 95.985,62**. As baixas de estoque informadas pelo setor de almoxarifado totalizaram **R\$ 0,00**. Sendo assim, o saldo final do estoque evidenciado no Balanço Patrimonial foi de **R\$ 95.985,62**.

POLÍTICA CONTÁBIL E CRITÉRIOS DE VALORAÇÃO ADOTADA NA MENSURAÇÃO DO ESTOQUE: PEPS.

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Valor total contabilizado em estoque.	95.985,62
Valor classificado em outras contas específicas da entidade.	0,00
Valor do estoque contabilizados pelo valor justo menos as despesas de vendas.	0,00
Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período.	0,00
Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período.	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos.	0,00
Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano.	0,00
Citar as circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a reversão da redução de estoques:	

ATIVO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
ATIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 8)	6.091.934,89	4.839.066,11
IMOBILIZADO- (P) (NOTA 11)	6.091.934,89	4.839.066,11

Nota 8) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam **R\$ 6.091.934,89**.

Nota 9) ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO: O valor de **R\$ 0,00**, corresponde a **R\$ 0,00** de Dívida Ativa Tributária e **R\$ 0,00** da Dívida Ativa Não Tributária. Até o fechamento do balanço, o setor tributário do município não informou a previsão de perdas da dívida ativa. Sendo assim, adotamos como critério para as provisões para credores de liquidação duvidosa a média de arrecadação dos últimos três exercícios e o percentual de perda real.

Nota 10) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO: Na ausência de informações do setor de tributação, o ajuste para perdas foi calculado sobre o percentual de efetividade de arrecadação nos últimos três exercícios, levando em consideração o estoque inicial e final do crédito tributário a receber conforme memória de cálculo a seguir:

Descrição	2016	2017	2018	Média
Saldo da Dívida Ativa Tributária em 01 de janeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Arrecadado no ano	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentual de Arrecadação	%	%	%	%
Percentual de Perda de Arrecadação (%)	%	%	%	%

Saldo da Dívida Ativa em 31/12/2018 **R\$ 0,00**
 Ajuste para Perda da Dívida Ativa Tributária (Longo Prazo) **R\$ 0,00**



Nota 11) IMOBILIZADO: O valor do imobilizado ao final do exercício de 2017 totalizou **R\$ 4.839.066,11**. No exercício de 2018 houve a incorporação de novos ativos imobilizados no valor de **R\$ 1.252.868,78**, sendo **R\$ 686.299,14**, de bens móveis e **R\$ 566.569,64** de Bens Imóveis. Somando o saldo de 2017 mais as incorporações de 2018 temos o saldo ao final de **R\$ 6.091.934,89**. O valor da depreciação acumulada dos bens móveis até o período foi de **R\$ 0,00** que retifica o ativo imobilizado. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou em tempo as informações relativas ao valor atualizado do imobilizado, bem como a depreciação acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos a administração que tome medidas no sentido de manter as informações do patrimônio atualizadas para compatibilização em tempo da contabilidade. Não foi realizado teste de imparidade durante o exercício de 2018 em ativos com redução no poder de geração de caixa, bem como não houve reavaliação de ativos.

DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO:

Descrição	Valor (R\$)	
	2018	2017
Bens móveis	2.744.421,61	2.058.122,47
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens móveis)	(0,00)	(0,00)
Bens imóveis	3.347.513,28	2.780.943,64
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens imóveis)	(0,00)	(0,00)
Total	6.091.934,89	4.839.066,11

Nota 12) INTANGÍVEL: Os valores registrados no ativo intangível relativo a *softwares* utilizados nos equipamentos de informática da entidade totalizam **R\$ 0,00**. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas à amortização acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de controlar em tempo real os bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis

PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE (NOTA 13)	13.408.474,46	9.479.298,75
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVID. E ASSISTENCIAIS A PAGAR -(F) (NOTA 14)	20.031,20	9.311,51
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO-(F) (NOTA 16)	10.042.191,67	6.418.058,06
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO-(P) (NOTA 17)	0,00	447,50
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO-(F) (NOTA 18)	3.346.251,59	3.051.481,68

Nota 13) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2018 foram de **R\$ 13.408.474,46**. O índice de liquidez corrente, excluído o RPPS, em 2018 foi de **0,16**. Ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo a entidade possui **R\$ 0,16** de ativos de curto prazo para cobrir. O índice de liquidez seca foi de **0,15** e o índice de liquidez imediata é **0,13**.

Nota 14) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar foi de **R\$ 20.031,20**. Aumento de **R\$ 10.719,697**, quando comparado com o exercício anterior que foi de **R\$ 9.311,51**.
 Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

Níveis	Valor	Atributo
Pessoal a pagar	20.031,20	F
Encargos Sociais a Pagar	0,00	F
Subtotal	20.031,20	
Encargos Sociais a Pagar – Débito Parcelado a curto prazo	0,00	P
Subtotal	0,00	
TOTAL	20.031,20	

Nota 15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO): Corresponde as dívidas decorrentes de operações de crédito cujas parcelas tem vencimento até 31/12/2019.

Detalhamento	Valor
OUTROS (ESPECIFICAR)	0,00
TOTAL	0,00

Nota 16) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO: Ao final do exercício de 2018 ficou em restos a pagar o valor de **R\$ 10.042.191,67** relativo a fornecedores e contas a pagar. Aumento de **R\$ 3.624.133,61**, quando comparado com o exercício anterior que foi de **R\$ 6.418.058,06**.



Nota 17) OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO: As Obrigações Fiscais a Curto Prazo compreende o registro de Imposto de Serviço de Qualquer Natureza ainda não recolhidos.

Nota 18) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: As demais obrigações a curto prazo são compostas pelas consignações R\$ 157.268,13, e depósitos não judiciais R\$ 3.188.983,46, totalizando R\$ 3.346.251,59. O detalhamento das Demais Obrigações a curto prazo encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Nota 19) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final de 2018 somam R\$ 0,00, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

Nota 20) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO: O montante de R\$ 0,00 compreende os Parcelamentos existentes relativos ao PASEP, INSS, RPPS, FGTS e outros, conforme valores representados na tabela:

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo	Saldos
Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – PASEP	0,00
Contribuições a Regime Próprio de Previdência – RPPS	0,00
Débito Parcelado – INSS	0,00
Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – FGTS	0,00
Outros (Especificar)	0,00
Total	0,00

Nota 21) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO): O valor evidenciado nos empréstimos e financiamentos de longo prazo foi de R\$ 0,00.

Detalhamento	Valor
OUTROS (ESPECIFICAR)	0,00
TOTAL	0,00

Nota 22) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (CURTO PRAZO): Ao final do exercício de 2018 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 0,00 relativo a fornecedores e contas a pagar.

Nota 23) PROVISÕES A LONGO PRAZO: As provisões totalizaram R\$ 0,00, e são relativas a Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS. Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 0,00 e Reversão de Provisões no valor de R\$ 0,00 conforme cálculo atuarial que consta desta prestação de contas.

TIPO/CLASSE DA PROVISÃO:	VALOR (R\$)
a.1) valor contábil do início do período.	0,00
a.2) valor contábil do final do período.	0,00
b) provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes.	0,00
c) valores utilizados (incorridos e baixados contra a provisão) durante o período.	0,00
d) valores não utilizados revertidos durante o período.	0,00
e) o aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto.	0,00
f) breve descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para qualquer saída resultante de benefícios econômicos ou potencial de serviços.	
g) indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas.	0,00
h) valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.	0,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:

CONTEXTUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:

PLANO FINANCEIRO	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Inativo	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Pensionista	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00



(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 0,00
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ativo	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Inativo	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Pensionista	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 0,00
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ativo	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
Plano de Amortização	R\$ 0,00
(-) Outros Créditos	R\$ 0,00
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano	R\$ 0,00
Ajuste de Resultado Actuarial Superavitário	R\$ 0,00

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR SOBRE APORTE PARA DÉFICIT ATUARIAL:

Nota 24) DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO: Não houve o registro de demais obrigações a longo prazo.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RESULTADOS ACUMULADOS	-5.148.093,48	-2.944.244,05
RESULTADO DO EXERCÍCIO -(P)	-2.218.548,90	-1.318.630,81
RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES -(P)	-2.944.244,05	-1.818.936,78
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES -(P)	14.699,47	193.323,54
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 25)	-5.148.093,48	-2.944.244,05

Nota 25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfez em 2018 o valor de **R\$ -5.148.093,48**. Os Resultados Acumulados de exercícios anteriores foram de **R\$ -2.944.244,05**. O Resultado do Exercício foi no valor de **R\$ -2.218.548,90** e o valor de ajustes de exercício anteriores **R\$ 14.699,47**. O valor do resultado do exercício será detalhado a seguir:

Resultado de exercícios anteriores	-2.944.244,05
Resultado do Exercício	-2.218.548,90
Valor de Ajustes de exercício Anteriores	14.699,47
Patrimônio Social/Capital Social	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-5.148.093,48



	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO (NOTA 26)	1.808.541,47	1.695.988,59
ATIVO PERMANENTE (NOTA 27)	6.451.839,51	4.839.066,11
PASSIVO FINANCEIRO (NOTA 28)	22.214.756,41	13.666.001,90
PASSIVO PERMANENTE (NOTA 29)	0,00	447,50
SALDO PATRIMONIAL	-13.954.375,43	-7.131.394,70

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ORDINÁRIA	-6.620.452,07	-4.752.242,64
VINCULADA	-13.785.762,87	-7.217.770,67
0009 - Recursos Transferidos pelo SUS	-1.482.788,92	-1.984.977,84
0027 - Transferências de Convênios - Saúde	-6.786.884,64	-793.928,84
0061 - Bloco de Atenção Básica	-3.351.128,17	-2.627.180,63
0062 - Bloco de MAC	-2.057.480,71	-860.215,10
0063 - Bloco de Assistência Farmacêutica	-305.653,55	-895.235,78
0064 - Bloco de Vigilância em Saúde	-301.984,42	-168.077,80
0065 - Bloco de Investimentos do SUS	500.157,54	111.845,32
0070 - Outros Recursos do SUS	0,00	0,00
TOTAL (NOTA 30)	-20.406.214,94	-11.970.013,31

Nota 26) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam **R\$ 1.808.541,47**.

Nota 27) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam **R\$ 6.451.839,51**.

Nota 28) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de **R\$ 13.408.474,46**, somados aos restos a pagar não processados a liquidar de exercícios anteriores no valor de **R\$ 907.406,54**, do exercício no valor de **R\$ 7.898.875,41** perfazem o total de **R\$ 22.214.756,41**.

Nota 29) PASSIVO PERMANENTE: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam **R\$ 0,00**.

Nota 30) SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO: Evidencia o superávit/déficit financeiro que poderá ser utilizado como recurso para abertura de créditos adicionais segregados por fonte de recursos. Corresponde à diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O controle das disponibilidades por fonte de recursos é feito nas classes 7 e 8 do plano de contas. O total do Déficit Financeiro do exercício foi **R\$ 20.406.214,94**, sendo **R\$ -6.620.452,07** de recursos ordinários e **R\$ -13.785.762,87** de recursos vinculados.

Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	9.119.907,23	2.775.085,67
TOTAL (NOTA 31)	9.119.907,23	2.775.085,67

Nota 31) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO: Registra os valores das obrigações contratuais a executar. O valor do saldo no final do exercício foi **R\$ 9.119.907,23**.

c) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes. Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

d.2.Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.



d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros do exercício:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registros do exercício.

d) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

e) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

f) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XIII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 048/2018 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

g.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

g.2.Saldos significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa NÃO Disponíveis:

Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.

g.3.Ativos imobilizados obtidos a título gratuito:

Não houve no exercício de 2018 bens recebidos por doação. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.

g.4.Transferência de Ativos:

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

g.5.Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito:

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2018. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.

g.6.Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos:

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

g.7.Ajustes decorrentes de Omissões e Erros em Anos Anteriores ou de Mudanças de Critérios:

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes de omissão e erros de registro de anos anteriores ou relativos a mudanças de critérios.

g.8.Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão.

g.9.Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício de 2018 relação de provisões a passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.



TIPO/CLASSE DO PASSIVO CONTINGENTE:	
a) breve descrição da natureza do passivo contingente:	
b) estimativa dos efeitos financeiros.	R\$ 0,00
c) indicação das incertezas em relação ao valor ou à periodicidade de saída:	
d) possibilidade de algum reembolso:	

g.10. Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

g.11. Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

g.12. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

g.13. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Não foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem.

g.14. Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 7ª Edição p. 198):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

g.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

g.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

g.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

g. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

g. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

g. 20. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

O montante relativo a passivos perdoados foi de R\$ 0,00. Especificar quais passivos foram perdoados. Não confundir com passivos cancelados que é outra coisa.

g. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

DESCRIÇÃO	TIPO/CLASSE	VALOR (R\$)
HERANÇAS	-	0,00
PRESENTES	-	0,00
DOAÇÕES	-	0,00
TOTAL		0,00

g. 22. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

g. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Não houveram provisões matemáticas para avaliação.

g. 24. TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
PERDA POR DESVALORIZAÇÃO RECONHECIDA OU REVERTIDA	0,00
VALOR RECUPERÁVEL	0,00
VALOR LÍQUIDO DE VENDA (VALOR POR REFERÊNCIA DE MERCADO DE ATIVO)	0,00
TOTAL	0,00

NATUREZA DO ATIVO QUE SOFREU O TESTE:

g.25. Análise do item 52 do ICC:

52 Há consistência no somatório dos saldos das contas com atributos legais [F] que compõem o Passivo do Balanço Patrimonial acrescido do Saldo Líquido do Demonstrativo dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação: $(\sum \text{Passivo [F] (BP)} + \sum \text{IRPNP} - \sum (\text{RNPL} + \text{RPNC}) (\text{BO}) + \sum \text{Saldo IRPNP (BF)}) = \sum (\text{SES (DDF)})$.

Analisando as equações acima observamos que o valor dos restos a pagar não processado liquidados aparece duas vezes. Enquanto no balanço orçamentário, o dado aparece apenas uma vez. O saldo líquido dos Restos a Pagar Não Processados, só foram abatidos nos valores pagos. Logo, os valores liquidados e não pagos compõem o saldo final. Como já houve o movimento de liquidação, os Restos a Pagar Não Processados Liquidados compõem também os saldos das contas com atributos legais [F] do passivo do Balanço Patrimonial, causando assim a duplicidade. Acreditamos que o TCE-PE fará em breve ajustes relativos a esta equação.



DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO:

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)				
	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)		
DESPESAS CORRENTES	62.901,86	3.292.828,79	2.437.791,07	1.297.504,03	119.986,40	1.938.240,22
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	43.673,92	0,00	0,00	0,00	0,00	43.673,92
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.227,94	3.292.828,79	2.437.791,07	1.297.504,03	119.986,40	1.894.566,30
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	831.420,00	721.966,64	255.996,27	0,00	575.423,73
INVESTIMENTOS	0,00	831.420,00	721.966,64	255.996,27	0,00	575.423,73
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (NOTA 8)	62.901,86	4.124.248,79	3.159.757,71	1.553.500,30	119.986,40	2.513.663,95

Passivos com atributo F do Balanço Patrimonial: R\$ 13.408.474,46.

Saldo líquido dos Restos a Pagar Não Processados no Balanço Orçamentário: R\$ 907.406,54.

Inscrição de Restos a Pagar não Processados no Balanço Financeiro: R\$ 7.898.875,41.

Soma: R\$ 22.214.756,41.

Saldo para o exercício seguinte da Dívida Flutuante: R\$ 22.214.756,41.

Diferença: R\$ 0,00.

g) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

h.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2018	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis	Secretária de Saúde	Imediato	Concluído



	conforme MCASP.			
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Civis e Militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2021	Concluído
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	01/01/2022	Concluído
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Saúde	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Saúde	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Saúde	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

ELAYNE CRISTINE DAS NEVES DE LIMA
Secretária de Saúde

JOCIÉDER ARAÚJO MINEIRO
Contador
CRC-PE Nº 027671/O-4

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE (NOTA 1)	286.984,57	668.317,44	PASSIVO CIRCULANTE (NOTA 13)	1.894.076,48	628.014,53
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (F) (NOTA 2)	260.633,81	664.111,68	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (F) (NOTA 16)	1.424.128,25	212.773,29
CRÉDITOS A CURTO PRAZO (P) (NOTA 3)	24.225,00	2.080,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (F) (NOTA 18)	469.948,23	415.241,24
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO (F) (NOTA 5)	2.125,76	2.125,76	TOTAL DO PASSIVO	1.894.076,48	628.014,53
ATIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 8)	829.340,02	349.312,32	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMOBILIZADO (P) (NOTA 11)	829.340,02	349.312,32	RESULTADOS ACUMULADOS	-777.751,89	389.615,23
			RESULTADO DO EXERCÍCIO (P)	-1.174.994,91	419.035,30
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (P)	389.615,23	-29.420,07
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (P)	7.627,79	0,00
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 25)	-777.751,89	389.615,23
TOTAL	1.116.324,59	1.017.629,76	TOTAL	1.116.324,59	1.017.629,76
ATIVO FINANCEIRO (NOTA 26)	262.759,57	666.237,44	PASSIVO FINANCEIRO (NOTA 28)	2.203.483,70	1.156.614,65
ATIVO PERMANENTE (NOTA 27)	853.565,02	351.392,32	PASSIVO PERMANENTE (NOTA 29)	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				-1.087.159,11	-138.984,89

COMPENSAÇÕES

Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	0,00	1.637,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	995.518,60	482.551,81
TOTAL	0,00	1.637,00	TOTAL (NOTA 31)	995.518,60	482.551,81

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ORDINÁRIA	-720.939,17	-581.798,17
VINCULADA	-1.219.784,96	91.420,96
0016 - Recursos Transferidos pelo FNAS	-1.238.195,81	74.199,53
0067 - FEAS Estado	24.303,26	17.221,43
0068 - Convênios Assistência Social	-5.892,41	0,00
TOTAL (NOTA 30)	-1.940.724,13	-490.377,21

Genival Cavalcante Tavares
Sec. de Ação Social

Jociéder Araújo Mineiro
CT - CRC-PE 027671/O-4





Fundo Municipal de Assistência Social

BALANÇO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal de Assistência Social

Exercício de 2018

Balanço Patrimonial
Anexo 14 da Lei Federal 4.320/64

Prestação de Contas de Gestão
Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018, alterada
pela Resolução TCE-PE nº 052, de 06 de fevereiro de 2019.

Reservados os direitos autorais e intelectuais destas notas explicativas sendo vedado a reprodução sem autorização do CESPAM



APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis (DCON) contemplam a execução e a análise dos orçamentos fiscais e da seguridade social, bem como os aspectos relacionados ao patrimônio público e suas variações, sendo materializadas nos *Balanços Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrativo da Dívida Flutuante acompanhados de Notas Explicativas*.

Para tanto, os dados do Fundo Municipal de Assistência Social foi extraído do Sistema Contábil **Betha SAPO**.

Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV e XXV da Resolução TCE-PE nº 48, de 19 de dezembro de 2018, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo II como por exemplo: o demonstrativo da dívida flutuante (Anexo XXV), dentre outros.



Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando os dados do balanço patrimonial de 2018, observamos que o total do ativo circulante (bens e direitos de curto prazo) foi de R\$ 286.984,57, enquanto o não circulante (bens e direitos de longo prazo) foi de R\$ 829.340,02. O passivo de curto prazo (circulante) apresentou o valor de R\$ 1.894.076,48 enquanto o passivo de longo prazo (não circulante) apresentou o valor de R\$ 0,00. Utilizando a equação patrimonial (ativo – passivo = patrimônio líquido), ao final do exercício, o balanço patrimonial apresentou um patrimônio líquido de R\$ -1.087.159,11.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes a DCON.

DANNILO CAVALCANTE VIEIRA
Prefeito

RENATO RAMOS CUSTÓDIO
Secretário de Finanças

ALFREDO COSTA FERRO
Diretor de Contabilidade

BALANÇO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal de Assistência Social
Exercício de 2018



(Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018)

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome do órgão ou entidade: Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Conselho (FMAS)
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 120-1 – Fundo Público.
CNPJ: 12.068.976/0001-85
Domicílio do órgão ou entidade: Rua Cleto Campelo, nº 171 – Bairro: Centro – Cidade: Bom Conselho – Pernambuco – CEP: 55.330-000.
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: O Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Conselho concebido quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 “Fundo Público” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A população estimada pelo IBGE é de 48.214 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 2,0. Durante o exercício de 2018 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.704 de 12 de dezembro de 2017 (LOA para o ano de 2018).
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
Consolidação das demonstrações contábeis: Esta demonstração contábil abrange unicamente os dados executados pelo Fundo Municipal de Assistência Social, uma vez que se trata da prestação de contas desta entidade.
Dados do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social: Nome: Genival Cavalcante Tavares. Cargo: Secretário de Assistência Social. Período de gestão: 01/01/2018 a 31/12/2018.
Dados do contador do Fundo Municipal de Assistência Social responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e notas explicativas: Nome: Jociéder Araújo Mineiro. CRC-PE nº 027671/O-4. E-mail: jocieder@cespam.com.br .
Dados do Diretor de Contabilidade responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial no município: Nome: Alfredo Costa Ferro. Portaria nº: 053/2017. E-mail: drogapcicero@hotmail.com .
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: Cecília Márcia Bezerra de Matos. Portaria nº: 004/2017. E-mail: cmm.matos@hotmail.com .
Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: Betha Sapo
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: www.bomconselho.pe.gov/transparencia/ .

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 048/2018 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis



das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2. Bases de mensuração utilizadas:

O balanço patrimonial foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento as NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo:

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques:

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2018, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2018, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado:

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível:

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP



e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante:

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos:

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões:

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado:

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos: Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Constituição de provisões: Não foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades: Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:



c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2018
 (REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE (NOTA 1)	286.984,57	668.317,44
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (F)(NOTA 2)	260.633,81	664.111,68
CRÉDITOS A CURTO PRAZO (P)(NOTA 3)	24.225,00	2.080,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO (F)(NOTA 5)	2.125,76	2.125,76

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2018 foram de **R\$ 286.984,57**, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo e demais créditos e valores a curto prazo.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2018 somam **R\$ 260.633,81**. O valor disponível apresentou decréscimo de **R\$ 403.477,87** em relação ao exercício de 2017 que foi de **R\$ 664.111,68**.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA DETALHADA (Art. 8º e Art. 50 da LC 101/2000 LRF)		
Entidades	Recursos Próprios	Recursos Vinculados
Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).	1.424,82	259.208,99
Total	1.424,82	259.208,99

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

Níveis	Valor
Créditos de transferências a receber (1)	24.225,00
Dívida ativa tributária (2)	0,00
Dívida ativa não tributária (2)	0,00
TOTAL	24.225,00

(1) Ao final do exercício a classificação dos ativos a curto prazo mostra que o valor evidenciado como “Créditos de Transferência a Receber” no valor de **R\$ 24.225,00**, referem-se aos registros patrimoniais da receita por competência baseado nos valores liberados pelo FNAS no valor de **R\$ 24.225,00**. Os valores foram compensados financeiramente apenas no exercício de 2019 em atendimento ao estudo técnico da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e NBCASP. No entanto, o registro por competência foi realizado. Os valores dos avisos de crédito estão disponíveis na internet no seguinte endereço eletrônico: FNAS – <http://mds.gov.br/>.

(2) Não houve mensuração para créditos a receber – curto prazo a título de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária a média de arrecadação dos últimos três anos.

Nota 4) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A CURTO PRAZO: Não houve ajustes para perdas de créditos tributários a curto prazo.

Descrição	2016	2017	2018	Média
Saldo da Dívida Ativa Tributária em 01 de janeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Arrecadado no ano	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentual de Arrecadação	%	%	%	%
Percentual de Perda de Arrecadação (%)	%	%	%	%

Saldo da Dívida Ativa em 31/12/2018 **R\$ 0,00**

Ajuste para Perda da Dívida Ativa Tributária (Curto Prazo) **R\$ 0,00**

Nota 5) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos “F” e “P”:

Níveis	Valor	Atributo
Tributos a recuperar/compensar	0,00	F



Depósitos restituíveis e valores vinculados	0,00	F
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário família pago	2.125,76	F
Créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago	0,00	F
Subtotal	2.125,76	
Créditos previdenciários a receber	0,00	P
Créditos a receber e valores a curto prazo	0,00	P
Subtotal	0,00	P
TOTAL	2.125,76	

Nota 6) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total de **R\$ 0,00**, compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN n° 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 7) ESTOQUE: O saldo do estoque inicial em 31/12/2017 foi de **R\$ 0,00** e as incorporações em 2018 somam **R\$ 0,00**. As baixas de estoque informadas pelo setor de almoxarifado totalizaram **R\$ 0,00**. Sendo assim, o saldo final do estoque evidenciado no Balanço Patrimonial foi de **R\$ 0,00**.

POLÍTICA CONTÁBIL E CRITÉRIOS DE VALORAÇÃO ADOTADA NA MENSURAÇÃO DO ESTOQUE:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Valor total contabilizado em estoque.	0,00
Valor classificado em outras contas específicas da entidade.	0,00
Valor do estoque contabilizados pelo valor justo menos as despesas de vendas.	0,00
Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período.	0,00
Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período.	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos.	0,00
Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano.	0,00
Citar as circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a reversão da redução de estoques:	

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NÃO CIRCULANTE	829.340,02	349.312,32
IMOBILIZADO (P)(NOTA 11)	829.340,02	349.312,32

Nota 8) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo é composto pelo imobilizado e totaliza **R\$ 829.340,02**.

Nota 9) CRÉDITOS A LONGO PRAZO: O valor de **R\$ 0,00**, corresponde a **R\$ 0,00** de Dívida Ativa Tributária e **R\$ 0,00** da Dívida Ativa Não Tributária. Até o fechamento do balanço, o setor tributário do município não informou a previsão de perdas da dívida ativa. Sendo assim, adotamos como critério para as provisões para credores de liquidação duvidosa a média de arrecadação dos últimos três exercícios e o percentual de perda real.

Nota 10) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO: Na ausência de informações do setor de tributação, o ajuste para perdas foi calculado sobre o percentual de efetividade de arrecadação nos últimos três exercícios, levando em consideração o estoque inicial e final do crédito tributário a receber conforme memória de cálculo a seguir:

Descrição	2016	2017	2018	Média
Saldo da Dívida Ativa Tributária em 01 de janeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Arrecadado no ano	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentual de Arrecadação	%	%	%	%
Percentual de Perda de Arrecadação (%)	%	%	%	%

Saldo da Dívida Ativa em 31/12/2018 **R\$ 0,00**
Ajuste para Perda da Dívida Ativa Tributária (Longo Prazo) **R\$ 0,00**

Nota 11) IMOBILIZADO: O valor do imobilizado ao final do exercício de 2017 totalizou **R\$ 349.312,32**. No exercício de 2018 houve a incorporação de novos ativos imobilizados no valor de **R\$ 480.027,70**, sendo **R\$ 478.137,70**, de bens móveis e **R\$ 1.890,00** de Bens Imóveis. Somando o saldo de 2017 mais as incorporações de 2018 temos o saldo ao final de **R\$ 829.340,02**. O valor da depreciação acumulada dos bens móveis até o período foi de **R\$ 0,00** que retifica o ativo imobilizado. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou em tempo as informações relativas ao valor atualizado do imobilizado, bem como



a depreciação acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos a administração que tome medidas no sentido de manter as informações do patrimônio atualizadas para compatibilização em tempo da contabilidade. Não foi realizado teste de imparidade durante o exercício de 2018 em ativos com redução no poder de geração de caixa, bem como não houve reavaliação de ativos.

DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO:

Descrição	Valor (R\$)	
	2018	2017
Bens móveis	815.535,03	337.397,33
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens móveis)	(0,00)	(0,00)
Bens imóveis	13.804,99	11.914,99
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens imóveis)	(0,00)	(0,00)
Total	829.340,02	349.312,32

Nota 12) INTANGÍVEL: Os valores registrados no ativo intangível relativo a *softwares* utilizados nos equipamentos de informática da entidade totalizam **R\$ 0,00**. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas a amortização acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de controlar em tempo real os bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis

PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE (NOTA 13)	1.894.076,48	628.014,53
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (F) (NOTA 16)	1.424.128,25	212.773,29
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (F) (NOTA 18)	469.948,23	415.241,24

Nota 13) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2018 foram de **R\$ 1.894.076,48**. O índice de liquidez corrente, excluído o RPPS, em 2018 foi de **0,15**. Ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo a entidade possui **R\$ 0,15** de ativos de curto prazo para cobrir. O índice de liquidez seca foi de **0,15** e o índice de liquidez imediata é **0,14**.

Nota 14) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar foi de **R\$ 0,00**. Aumento de **R\$ 0,00**, quando comparado com o exercício anterior que foi de **R\$ 0,00**.

Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

Níveis	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar	0,00	F
Encargos Sociais a Pagar	0,00	F
Subtotal	0,00	
Encargos Sociais a Pagar – Débito Parcelado a curto prazo	0,00	P
Subtotal	0,00	
TOTAL	0,00	

Nota 15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO): Corresponde as dívidas decorrentes de operações de crédito cujas parcelas tem vencimento até 31/12/2019.

Detalhamento	Valor
OUTROS (ESPECIFICAR)	0,00
TOTAL	0,00

Nota 16) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO: Ao final do exercício de 2018 ficou em restos a pagar o valor de **R\$ 1.424.128,25** relativo a fornecedores e contas a pagar. Aumento de **R\$ 1.211.354,96**, quando comparado com o exercício anterior que foi de **R\$ 212.773,29**.

Nota 17) PROVISÕES A CURTO PRAZO: Foi constituída provisão detalhada no quadro a seguir:

TIPO/CLASSE DA PROVISÃO:	VALOR (R\$)
a.1) valor contábil do início do período.	0,00
a.2) valor contábil do final do período.	0,00



b) provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes.	0,00
c) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período.	0,00
d) valores não utilizados revertidos durante o período.	0,00
e) o aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto.	0,00
f) indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas.	0,00
g) valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.	0,00
h) breve descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para qualquer saída resultante de benefícios econômicos ou potencial de serviços.	

Nota 18) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: As demais obrigações a curto prazo são compostas pelas consignações R\$ 469.948,23, e depósitos não judiciais R\$ 0,00, totalizando R\$ 469.948,23. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Nota 19) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final de 2018 somam R\$ 0,00, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

Nota 20) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO: O montante de R\$ 0,00 compreende os Parcelamentos existentes relativos ao PASEP, INSS, RPPS, FGTS e outros, conforme valores representados na tabela:

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo	Saldos
Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – PASEP	0,00
Contribuições a Regime Próprio de Previdência – RPPS	0,00
Débito Parcelado – INSS	0,00
Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – FGTS	0,00
Outros (Especificar)	0,00
Total	0,00

Nota 21) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO): O valor evidenciado nos empréstimos e financiamentos de longo prazo foi de R\$ 0,00.

Detalhamento	Valor
OUTROS (ESPECIFICAR)	0,00
TOTAL	0,00

Nota 22) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (CURTO PRAZO): Ao final do exercício de 2018 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 1.424.128,25 relativo a fornecedores e contas a pagar.

Nota 23) PROVISÕES A LONGO PRAZO: As provisões totalizaram R\$ 0,00, e são relativas a Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS. Foi constituída provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 0,00 e Reversão de Provisões no valor de R\$ 0,00 conforme cálculo atuarial que consta desta prestação de contas.

TIPO/CLASSE DA PROVISÃO:	VALOR (R\$)
a.1) valor contábil do início do período.	0,00
a.2) valor contábil do final do período.	0,00
c) provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes.	0,00
c) valores utilizados (incorridos e baixados contra a provisão) durante o período.	0,00
d) valores não utilizados revertidos durante o período.	0,00
e) o aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto.	0,00
f) breve descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para qualquer saída resultante de benefícios econômicos ou potencial de serviços.	
g) indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas.	0,00
h) valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.	0,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:

CONTEXTUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:



PLANO FINANCEIRO	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Inativo	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Pensionista	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 0,00
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ativo	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Inativo	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Pensionista	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 0,00
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ativo	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
Plano de Amortização	R\$ 0,00
(-) Outros Créditos	R\$ 0,00
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano	R\$ 0,00
Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário	R\$ 0,00

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR SOBRE APORTE PARA DÉFICIT ATUARIAL:

Nota 24) DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO: Inexiste Demais Obrigações a Longo Prazo.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RESULTADOS ACUMULADOS	-777.751,89	389.615,23
RESULTADO DO EXERCÍCIO (P)	-1.174.994,91	419.035,30
RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (P)	389.615,23	-29.420,07
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (P)	7.627,79	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 25)	-777.751,89	389.615,23

Nota 25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfez em 2018 o valor de **R\$ -777.751,89**. Os Resultados Acumulados de exercícios anteriores foram de **R\$ 389.615,23** e os ajustes em exercícios anteriores somam R\$ 7.627,79. O Resultado do Exercício foi no valor de **R\$ -1.174.994,91**. O valor do resultado do exercício será detalhado a seguir:

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	389.615,23
Resultado do Exercício	-1.174.994,91
Ajustes de Exercícios Anteriores	7.627,79
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-777.751,89



ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO (NOTA 26)	262.759,57	666.237,44
ATIVO PERMANENTE (NOTA 27)	853.565,02	351.392,32

PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO FINANCEIRO (NOTA 28)	2.203.483,70	1.156.614,65
PASSIVO PERMANENTE (NOTA 29)	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL	-1.087.159,11	-138.984,89

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ORDINÁRIA	-720.939,17	-581.798,17
VINCULADA	-1.219.784,96	91.420,96
0016 - Recursos Transferidos pelo FNAS	-1.238.195,81	74.199,53
0067 - FEAS Estado	24.303,26	17.221,43
0068 - Convênios Assistência Social	-5.892,41	0,00
TOTAL (NOTA 30)	-1.940.724,13	-490.377,21

Nota 26) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam **R\$ 262.759,57**.

Nota 27) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam **R\$ 853.565,02**.

Nota 28) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de **R\$ 1.894.076,48**, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de **R\$ 309.407,22** perfazem o total de **R\$ 2.203.483,70**.

Nota 29) PASSIVO PERMANENTE: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam **R\$ 0,00**.

Nota 30) SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO: Evidencia o superávit/déficit financeiro que poderá ser utilizado como recurso para abertura de créditos adicionais segregados por fonte de recursos. Corresponde à diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O controle das disponibilidades por fonte de recursos é feito nas classes 7 e 8 do plano de contas. O total do Superávit Financeiro do exercício foi **R\$ (1.940.724,13)**, sendo **R\$ (720.939,17)** de recursos ordinários e **R\$ (1.219.784,96)** de recursos vinculados.

Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	995.518,60	482.551,81
TOTAL (NOTA 31)	995.518,60	482.551,81

Nota 31) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO: Registra os valores das obrigações contratuais a executar. O valor do saldo no final do exercício foi **R\$ 995.518,60**.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes. Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

d.2. Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.



d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros do exercício:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registros do exercício.

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

g) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XIII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 048/2018 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

g.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

g.2.Saldos significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa NÃO Disponíveis:

Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.

g.3.Ativos imobilizados obtidos a título gratuito:

Não houve no exercício de 2018 bens recebidos por doação. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.

g.4.Transferência de Ativos:

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

g.5.Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito:

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2018. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.

g.6.Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos:

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

g.7.Ajustes decorrentes de Omissões e Erros em Anos Anteriores ou de Mudanças de Critérios:

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes de omissão e erros de registro de anos anteriores ou relativos a mudanças de critérios.

g.8.Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão.

g.9.Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício de 2018 relação de provisões a passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.



TIPO/CLASSE DO PASSIVO CONTINGENTE:		
a) breve descrição da natureza do passivo contingente:		
b) estimativa dos efeitos financeiros.		R\$ 0,00
c) indicação das incertezas em relação ao valor ou à periodicidade de saída:		
d) possibilidade de algum reembolso:		
g.10. Informações de Passivos Contingentes:		
Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.		
g.11. Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):		
Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.		
g.12. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):		
Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.		
g.13. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):		
Não foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem.		
g.14. Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 7ª Edição p. 198):		
Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.		
g.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:		
Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.		
g.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):		
Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.		
g.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):		
Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.		
g. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):		
Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.		
g. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):		
Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.		
g. 20. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):		
O montante relativo a passivos perdoados foi de R\$ 0,00.		
g. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):		
DESCRIÇÃO	TIPO/CLASSE	VALOR (R\$)
HERANÇAS	-	0,00
PRESENTES	-	0,00
DOAÇÕES	-	0,00
TOTAL		0,00
g. 22. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):		
Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.		
g. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):		
Não foi realizada provisão matemática.		
g. 24 TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):		
DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	
PERDA POR DESVALORIZAÇÃO RECONHECIDA OU REVERTIDA	0,00	
VALOR RECUPERÁVEL	0,00	
VALOR LÍQUIDO DE VENDA (VALOR POR REFERÊNCIA DE MERCADO DE ATIVO)	0,00	
TOTAL		0,00
NATUREZA DO ATIVO QUE SOFREU O TESTE:		
g.25. Análise do item 52 do ICC:		
52	<p>Há consistência no somatório dos saldos das contas com atributos legais [F] que compõem o Passivo do Balanço Patrimonial acrescido do Saldo Líquido do Demonstrativo dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação: $(\sum \text{Passivo [F] (BP)} + \sum \text{IRPNP} - \sum (\text{RNPL} + \text{RPNC}) (\text{BO}) + \sum \text{Saldo IRPNP (BF)}) = \sum (\text{SES (DDF)})$.</p>	
<p>Analisando as equações acima observamos que o valor dos restos a pagar não processado liquidados aparece duas vezes. Enquanto no balanço orçamentário, o dado aparece apenas uma vez. O saldo líquido dos Restos a Pagar Não Processados, só foram abatidos nos valores pagos. Logo, os valores liquidados e não pagos compõem o saldo final. Como já houve o movimento de liquidação, os Restos a Pagar Não Processados Liquidados compõem também os saldos das contas com atributos legais [F] do passivo do Balanço Patrimonial, causando assim a duplicidade. Acreditamos que o TCE-PE fará em breve ajustes relativos a esta equação.</p>		



DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO:

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)				
DESPEAS CORRENTES	24.317,26	504.282,86	303.478,72	229.394,83	1.517,63	297.687,66
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.317,26	0,00	0,00	0,00	0,00	24.317,26
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPEAS CORRENTES	0,00	504.282,86	303.478,72	229.394,83	1.517,63	273.370,40
DESPEAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (NOTA 8)	24.317,26	504.282,86	303.478,72	229.394,83	1.517,63	297.687,66

Passivos com atributo F do Balanço Patrimonial: R\$ 1.894.076,48.

Saldo líquido dos Restos a Pagar Não Processados no Balanço Orçamentário: R\$ 223.603,77

Inscrição de Restos a Pagar não Processados no Balanço Financeiro: R\$ 85.803,45.

Soma: R\$ 2.203.483,70.

Saldo para o exercício seguinte da Dívida Flutuante: R\$ 2.203.483,70.

h) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

h.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Assistência Social	31/12/2017	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Assistência Social	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Assistência Social	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Assistência Social	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Assistência Social	01/01/2018	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis	Secretário de Assistência	Imediato	Concluído



	conforme MCASP.	Social		
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Assistência Social	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Assistência Social	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Assistência Social	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Assistência Social	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Assistência Social	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Assistência Social	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Civis e Militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Assistência Social	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Assistência Social	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Assistência Social	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Assistência Social	01/01/2021	Concluído
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Assistência Social	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Assistência Social	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Assistência Social	01/01/2022	Concluído
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Assistência Social	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Assistência Social	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Assistência Social	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Assistência Social	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Assistência Social	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Assistência Social	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretário de Assistência Social	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretário de Assistência Social	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

DANNILO CAVALCANTE VIEIRA
Prefeito

JOCIÉDER ARAÚJO MINEIRO
Contador
CRC-PE Nº 027671/O-4

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE(NOTA 1)	3.697,40	4.380,58	PASSIVO CIRCULANTE(NOTA 13)	41.841,27	38.928,27
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (F)(NOTA 2)	2.319,16	3.002,34	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (F)(NOTA 16)	9.488,54	7.352,34
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO (F)(NOTA 5)	1.378,24	1.378,24	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO (P)(NOTA 17)	124,83	124,83
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.171,00	1.171,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO(F)(NOTA 18)	32.227,90	31.451,10
IMOBILIZADO (P) (NOTA 11)	1.171,00	1.171,00	TOTAL DO PASSIVO	41.841,27	38.928,27
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			RESULTADOS ACUMULADOS	-36.972,87	-33.376,69
			RESULTADO DO EXERCÍCIO (P)	-3.596,18	-8.509,05
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (P)	-33.376,69	-24.867,64
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 25)	-36.972,87	-33.376,69
TOTAL	4.868,40	5.551,58	TOTAL	4.868,40	5.551,58
ATIVO FINANCEIRO (NOTA 26)	3.697,40	4.380,58	PASSIVO FINANCEIRO (NOTA 28)	42.247,44	38.908,44
ATIVO PERMANENTE (NOTA 27)	1.171,00	1.171,00	PASSIVO PERMANENTE (NOTA 29)	124,83	124,83
SALDO PATRIMONIAL				-37.503,87	-33.481,69

COMPENSAÇÕES

Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
00 - ORDINÁRIA	-38.550,04	-34.527,86
VINCULADA	0,00	0,00
TOTAL (NOTA 30)	-38.550,04	-34.527,86

Dannilo Cavalcante Vieira
Prefeito

Jociéder Araújo Mineiro
CT - CRC-PE 027671/O-4





Fundo Mun. de Defesa da Criança e do Adolescente

BALANÇO INDIVIDUAL DO FUNDO MUN. DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Demonstrações Contábeis do Fundo Mun. de Defesa da Criança
e do Adolescente

Exercício de 2018

Balanco Patrimonial
Anexo 14 da Lei Federal 4.320/64

Prestação de Contas de Gestão
Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018, alterada
pela Resolução TCE-PE nº 052, de 06 de fevereiro de 2019.



APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis (DCON) contemplam a execução e a análise dos orçamentos fiscais e da seguridade social, bem como os aspectos relacionados ao patrimônio público e suas variações, sendo materializadas nos *Balanços Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrativo da Dívida Flutuante* acompanhados de *Notas Explicativas*.

Para tanto, os dados Fundo M. de Defesa da Criança e do Adolescente foram extraídos do Sistema Contábil **Beta SAPO**.

Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV e XXV da Resolução TCE-PE nº 48, de 19 de dezembro de 2018, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo II como, por exemplo: o demonstrativo da dívida flutuante (Anexo XXV), dentre outros.



Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando os dados do balanço patrimonial de 2018, observamos que o total do ativo circulante (bens e direitos de curto prazo) foi de R\$ 3.697,40, enquanto o não circulante (bens e direitos de longo prazo) foi de R\$ 1.171,00. O passivo de curto prazo (circulante) apresentou o valor de R\$ 41.841,27, enquanto o passivo de longo prazo (não circulante) apresentou o valor de R\$ 0,00. Utilizando a equação patrimonial (ativo – passivo = patrimônio líquido), ao final do exercício, o balanço patrimonial apresentou um patrimônio líquido de R\$ 36.972,87 (deficitário).

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes a DCON.

DANNILO CAVALCANTE VIEIRA
Prefeito

RENATO RAMOS CUSTÓDIO
Secretário de Finanças

ALFREDO COSTA FERRO
Diretor de Contabilidade

BALANÇO INDIVIDUAL DO FUNDO MUN. DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente
Exercício de 2018



(Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018, alterada pela Resolução TCE-PE nº 052, de 06 de fevereiro de 2019)

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome do órgão ou entidade: Fundo de Defesa da Criança e do Adolescente
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 120-1 – Fundo Público
CNPJ: 02.066.786/0001-75.
Domicílio do órgão ou entidade: Rua Cleto Campelo, nº191 – Bairro: Centro – Cidade: Bom Conselho – Pernambuco – CEP: 55.330-000.
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: O Fundo de Defesa da Criança e do Adolescente concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 “Fundo Público” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A população estimada pelo IBGE é de 48.336 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 2.0. Durante o exercício de 2018 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.704/2017 de 12 de dezembro de 2017 (LOA para o ano de 2018).
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
Consolidação das demonstrações contábeis: Está demonstração contábil abrange unicamente os dados executados pelo Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente de Bom Conselho, uma vez que se trata da prestação de contas desta entidade.
Dados do gestor (Prefeito (a) do Município): Nome: Dannilo Cavalcante Vieira. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 02/01/2017 a 31/12/2020
Dados do contador do Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas: Nome: Jociéder Araújo Mineiro. CRC-PE nº 027671/o-4. E-mail: jocieder@cespam.com.br..
Dados do Diretor de Contabilidade responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo Mun. de Defesa da Criança e do Adolescente: Nome: Alfredo Costa Ferro. Portaria nº: 053/2017. E-mail: drogapcicero@hotmail.com..
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: Cecília Márcia Bezerra de Matos. Portaria nº: 004/2017. E-mail: cmm.matos@hotmail.com.
Nome do Software de Contabilidade utilizado no Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente: Betha SAPO
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: www.bomconselho.pe.gov.br/transparencia .

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na



consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TC nº 048/2018 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2. Bases de mensuração utilizadas:

O balanço patrimonial foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento as NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo:

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques:

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2018, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2018, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado:

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível:

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:



Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante:

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos:

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões:

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado:

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:



c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2018
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

ATIVO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
ATIVO CIRCULANTE(NOTA 1)	3.697,40	4.380,58
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (F)(NOTA 2)	2.319,16	3.002,34
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO (F)(NOTA 5)	1.378,24	1.378,24

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2018 foram de **R\$ 3.697,40**, compostos de caixa e equivalentes de caixa e demais créditos e valores a curto prazo.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2018 somam **R\$ 2.319,16**. O valor disponível apresentou diminuição de **R\$ 683,18** em relação ao exercício de 2017 que foi de **R\$ 3.002,34**.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA DETALHADA (Art. 8º e Art. 50 da LC 101/2000 LRF)		
Entidades	Recursos Próprios	Recursos Vinculados
Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente (FMDCA).	2.319,16	0,00
Total	2.319,16	0,00

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

Níveis	Valor
Créditos de transferências a receber (1)	0,00
TOTAL	0,00

(1) Ao final do exercício a classificação dos ativos a curto prazo mostra que o valor evidenciado como "Créditos de Transferência a Receber" no valor de **R\$ 0,00**.

Nota 4) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A CURTO PRAZO: Não houve ajustes para perdas de créditos tributários a curto prazo.

Descrição	2016	2017	2018	Média
Saldo da Dívida Ativa Tributária em 01 de janeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Arrecadado no ano	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentual de Arrecadação	%	%	%	%
Percentual de Perda de Arrecadação (%)	%	%	%	%

Saldo da Dívida Ativa em 31/12/2018 R\$ 0,00
Ajuste para Perda da Dívida Ativa Tributária (Curto Prazo) R\$ 0,00

Nota 5) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

Níveis	Valor	Atributo
Créditos a receber do Salário Família	1.378,24	F
Subtotal	1.378,24	
	0,00	P
Subtotal	0,00	P
TOTAL	1.378,24	

Nota 6) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total de **R\$ 0,00**, compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN n° 3.992/2010 e 4.392/2014.



Nota 7) ESTOQUE: O saldo do estoque inicial em 31/12/2017 foi de **R\$ 0,00** e as incorporações em 2018 somam **R\$ 0,00**. As baixas de estoque informadas pelo setor de almoxarifado totalizaram **R\$ 0,00**.

POLÍTICA CONTÁBIL E CRITÉRIOS DE VALORAÇÃO ADOTADA NA MENSURAÇÃO DO ESTOQUE:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Valor total contabilizado em estoque.	0,00
Valor classificado em outras contas específicas da entidade.	0,00
Valor do estoque contabilizados pelo valor justo menos as despesas de vendas.	0,00
Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período.	0,00
Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período.	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos.	0,00
Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano.	0,00
Citar as circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a reversão da redução de estoques:	

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.171,00	1.171,00
IMOBILIZADO (P) (NOTA 11)	1.171,00	1.171,00

Nota 8) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam **R\$ 1.171,00**.

Nota 9) CRÉDITOS A LONGO PRAZO: O valor de **R\$ 0,00**, corresponde a **R\$ 0,00** de Dívida Ativa Tributária e **R\$ 0,00** da Dívida Ativa Não Tributária. Até o fechamento do balanço, o setor tributário do município não informou a previsão de perdas da dívida ativa. Sendo assim, adotamos como critério para as provisões para credores de liquidação duvidosa a média de arrecadação dos últimos três exercícios e o percentual de perda real.

Nota 10) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO: Na ausência de informações do setor de tributação, o ajuste para perdas foi calculado sobre o percentual de efetividade de arrecadação nos últimos três exercícios, levando em consideração o estoque inicial e final do crédito tributário a receber conforme memória de cálculo a seguir:

Descrição	2016	2017	2018	Média
Saldo da Dívida Ativa Tributária em 01 de janeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Arrecadado no ano	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentual de Arrecadação	%	%	%	%
Percentual de Perda de Arrecadação (%)	%	%	%	%

Saldo da Dívida Ativa em 31/12/2018 **R\$ 0,00**
Ajuste para Perda da Dívida Ativa Tributária (Longo Prazo) **R\$ 0,00**

Nota 11) IMOBILIZADO: O valor do imobilizado ao final do exercício de 2017 totalizou **R\$ 1.171,00**. No exercício de 2018 não houve a incorporação de novos ativos imobilizados. Desta forma, somando o saldo de 2017 mais as incorporações de 2018 temos o saldo ao final de **R\$ 1.171,00**. O valor da depreciação acumulada dos bens móveis até o período foi de **R\$ 0,00** que retifica o ativo imobilizado. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou em tempo as informações relativas ao valor atualizado do imobilizado, bem como a depreciação acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos a administração que tome medidas no sentido de manter as informações do patrimônio atualizadas para compatibilização em tempo da contabilidade. Não foi realizado teste de imparidade durante o exercício de 2018 em ativos com redução no poder de geração de caixa, bem como não houve reavaliação de ativos.

DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO:

Descrição	Valor (R\$)	
	2018	2017
Bens móveis	1.171,00	1.171,00
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens móveis)	(0,00)	(0,00)
Bens imóveis	0,00	0,00
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens imóveis)	(0,00)	(0,00)
Total	1.171,00	1.171,00



Nota 12) INTANGÍVEL: Os valores registrados no ativo intangível relativo a *softwares* utilizados nos equipamentos de informática da entidade totalizam **R\$ 0,00**. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas a amortização acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de controlar em tempo real os bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis

PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE (NOTA 13)	41.841,27	38.928,27
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (F) (NOTA 16)	9.488,54	7.352,34
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO (P) (NOTA 17)	124,83	124,83
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (F) (NOTA 18)	32.227,90	31.451,10

Nota 13) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2018 foram de **R\$ 41.841,27**. O índice de liquidez corrente, excluído o RPPS, em 2018 foi de **0,09**. Ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo a entidade possui **R\$ 0,09** de ativos de curto prazo para cobrir. O índice de liquidez seca foi de **0,09** e o índice de liquidez imediata é **0,05**.

Nota 14) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar foi de **R\$ 0,00**. Aumento de **R\$ 0,00**, quando comparado com o exercício anterior que foi de **R\$ 0,00**.

Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

Níveis	Valor	Atributo
	0,00	F
	0,00	F
Subtotal	0,00	
	0,00	P
Subtotal	0,00	
TOTAL	0,00	

Nota 15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO): Corresponde as dívidas decorrentes de operações de crédito cujas parcelas tem vencimento até 31/12/2019.

Detalhamento	Valor
OUTROS (ESPECIFICAR)	0,00
TOTAL	0,00

Nota 16) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO: Ao final do exercício de 2018 ficou em restos a pagar o valor de **R\$ 9.488,54** relativo a fornecedores e contas a pagar. Aumento de **R\$ 2.136,20**, quando comparado com o exercício anterior que foi de **R\$ 7.352,34**.

Nota 17) OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO: As obrigações fiscais a curto prazo compreende valores de Imposto de Serviço de Qualquer Natureza, que será realizado recolhimento no exercício posterior.

Nota 18) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: As demais obrigações a curto prazo são compostas pelas consignações **R\$ 32.227,90**, e depósitos não judiciais **R\$ 0,00**, totalizando **R\$ 32.227,90**. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Nota 19) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final de 2018 somam **R\$ 0,00**, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

Nota 20) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO: O montante de **R\$ 0,00** compreende os Parcelamentos existentes relativos ao PASEP, INSS, RPPS, FGTS e outros, conforme valores representados na tabela:

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo	Saldos
Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – PASEP	0,00
Contribuições a Regime Próprio de Previdência – RPPS	0,00
Débito Parcelado – INSS	0,00



Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – FGTS	0,00
Outros (Especificar)	0,00
Total	0,00

Nota 21) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO): O valor evidenciado nos empréstimos e financiamentos de longo prazo foi de **R\$ 0,00**.

Detalhamento	Valor
OUTROS (ESPECIFICAR)	0,00
TOTAL	0,00

Nota 22) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (LONGO PRAZO): Ao final do exercício de 2018 ficou em restos a pagar a longo prazo o valor de **R\$ 0,00** relativo a fornecedores e contas a pagar.

Nota 23) PROVISÕES A LONGO PRAZO: As provisões totalizaram **R\$ 0,00**, e são relativas a Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS. Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de **R\$ 0,00** e Reversão de Provisões no valor de **R\$ 0,00** conforme cálculo atuarial que consta desta prestação de contas.

TIPO/CLASSE DA PROVISÃO:	VALOR (R\$)
a.1) valor contábil do início do período.	0,00
a.2) valor contábil do final do período.	0,00
b) provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes.	0,00
c) valores utilizados (incorridos e baixados contra a provisão) durante o período.	0,00
d) valores não utilizados revertidos durante o período.	0,00
e) o aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto.	0,00
f) breve descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para qualquer saída resultante de benefícios econômicos ou potencial de serviços.	
g) indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas.	0,00
h) valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.	0,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:

CONTEXTUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:

PLANO FINANCEIRO	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Inativo	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Pensionista	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 0,00
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ativo	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Inativo	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Pensionista	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00



(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 0,00
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ativo	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
Plano de Amortização	R\$ 0,00
(-) Outros Créditos	R\$ 0,00
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano	R\$ 0,00
Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário	R\$ 0,00

Nota 24) DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO: Corresponde a dívida no valor de **R\$ 0,00**.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RESULTADOS ACUMULADOS	-36.972,87	-33.376,69
RESULTADO DO EXERCÍCIO (P)	-3.596,18	-8.509,05
RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (P)	-33.376,69	-24.867,64
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 25)	-36.972,87	-33.376,69

Nota 25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfez em 2018 o valor de **R\$ -36.972,87**. Os Resultados Acumulados de exercícios anteriores foram de **R\$ -33.376,69**. O Resultado do Exercício foi no valor de **R\$ -3.596,18**. O valor do resultado do exercício será detalhado a seguir:

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	-33.376,69
Resultado do Exercício	-3.596,18
Patrimônio Social/Capital Social	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-36.972,87

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO (NOTA 26)	3.697,40	4.380,58
ATIVO PERMANENTE (NOTA 27)	1.171,00	1.171,00
PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO FINANCEIRO (NOTA 28)	42.247,44	38.908,44
PASSIVO PERMANENTE (NOTA 29)	124,83	124,83
SALDO PATRIMONIAL	-37.503,87	-33.481,69

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
00 - ORDINÁRIA	-38.550,04	-34.527,86
VINCULADA	0,00	0,00
TOTAL (NOTA 30)	-38.550,04	-34.527,86

Nota 26) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam **R\$ 3.697,40**.

Nota 27) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam **R\$ 1.171,00**.

Nota 28) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no



valor de **R\$ 42.247,44**, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de **R\$ 0,00** perfazem o total de **R\$ 42.247,44**.

Nota 29) PASSIVO PERMANENTE: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam **R\$ 124,83**.

Nota 30) SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO: Evidencia o superávit/déficit financeiro que poderá ser utilizado como recurso para abertura de créditos adicionais segregados por fonte de recursos. Corresponde à diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O controle das disponibilidades por fonte de recursos é feito nas classes 7 e 8 do plano de contas. O total do Déficit Financeiro do exercício foi **R\$ 38.550,04**, sendo **R\$ -38.550,04** de recursos ordinários e **R\$ 0,00** de recursos vinculados.

Nota 31) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO: Registra os valores das obrigações contratuais a executar. O valor do saldo no final do exercício foi **R\$ 0,00**.

c) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes. Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

d.2.Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros do exercício:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registros do exercício.

d) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

e) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

f) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XIII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 048/2018 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

g.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

g.2.Saldos significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa NÃO Disponíveis:



Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.

g.3. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito:

Não houve no exercício de 2018 bens recebidos por doação. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.

g.4. Transferência de Ativos:

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

g.5. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito:

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2018. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.

g.6. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos:

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

g.7. Ajustes decorrentes de Omissões e Erros em Anos Anteriores ou de Mudanças de Critérios:

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes de omissão e erros de registro de anos anteriores ou relativos a mudanças de critérios.

g.8. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão.

g.9. Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício de 2018 relação de provisões a passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

TIPO/CLASSE DO PASSIVO CONTINGENTE:	
a) breve descrição da natureza do passivo contingente:	
b) estimativa dos efeitos financeiros.	R\$ 0,00
c) indicação das incertezas em relação ao valor ou à periodicidade de saída:	
d) possibilidade de algum reembolso:	

g.10. Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

g.11. Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

g.12. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

g.13. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Não foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões.

g.14. Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 7ª Edição p. 198):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

g.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

g.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

g.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

g. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

g. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

g. 20. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados.

g. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

DESCRIÇÃO	TIPO/CLASSE	VALOR (R\$)
HERANÇAS		0,00
PRESENTES		0,00
DOAÇÕES		0,00
	TOTAL	0,00



g. 22. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

g. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Não foram realizadas provisões atuariais.

g. 24 TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
PERDA POR DESVALORIZAÇÃO RECONHECIDA OU REVERTIDA	0,00
VALOR RECUPERÁVEL	0,00
VALOR LÍQUIDO DE VENDA (VALOR POR REFERÊNCIA DE MERCADO DE ATIVO)	0,00
TOTAL	0,00

NATUREZA DO ATIVO QUE SOFREU O TESTE:

g.25. Análise do item 52 do ICC:

52 Há consistência no somatório dos saldos das contas com atributos legais [F] que compõem o Passivo do Balanço Patrimonial acrescido do Saldo Líquido do Demonstrativo dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação: $(\sum \text{Passivo [F] (BP)} + \sum \text{IRPNP} - \sum (\text{RNPL} + \text{RPNC}) (\text{BO}) + \sum \text{Saldo IRPNP (BF)}) = \sum (\text{SES (DDF)})$.

Analisando as equações acima observamos que o valor dos restos a pagar não processado liquidados aparece duas vezes. Enquanto no balanço orçamentário, o dado aparece apenas uma vez. O saldo líquido dos Restos a Pagar Não Processados, só foram abatidos nos valores pagos. Logo, os valores liquidados e não pagos compõem o saldo final. Como já houve o movimento de liquidação, os Restos a Pagar Não Processados Liquidados compõem também os saldos das contas com atributos legais [F] do passivo do Balanço Patrimonial, causando assim a duplicidade. Acreditamos que o TCE-PE fará em breve ajustes relativos a esta equação.

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:					
	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)	
DESPESAS CORRENTES	0,00	105,00	0,00	0,00	105,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTE:	0,00	105,00	0,00	0,00	105,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	105,00	0,00	0,00	105,00	0,00

Passivos com atributo F do Balanço Patrimonial: R\$ 41.716,44.

Saldo líquido dos Restos a Pagar Não Processados no Balanço Orçamentário: R\$ 0,00.

Inscrição de Restos a Pagar não Processados no Balanço Financeiro: R\$ 531,00.

Soma: R\$ 42.247,44.

Saldo para o exercício seguinte da Dívida Flutuante: R\$ 42.247,44.

Diferença: R\$ 0,00.

g) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

h.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	31/12/2017	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			



Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	01/01/2018	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	Imediato	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído



Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	01/01/2021	Concluído
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	01/01/2022	Concluído
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Prefeito	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Prefeito	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Prefeito	Imediato	Concluído



Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

DANNILO CAVALCANTE VIEIRA
Prefeito

JOCIÉDER ARAÚJO MINEIRO
Contador
CRC-PE Nº 027671/O-4

Documento Assinado Digitalmente por: DANNILO CAVALCANTE VIEIRA, JOCIÉDER ARAÚJO MINEIRO
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 5c5c525d-5e93-41a8-b168-5381c5f1d22c4

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE (NOTA 1)	1.603.282,54	1.899.279,55	PASSIVO CIRCULANTE (NOTA 13)	14.747.344,41	10.778.914,63
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA- (F)(NOTA 2)	1.575.324,70	1.871.321,71	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVID. E ASSIST. A PAGA-(F)(NOTA 14)	688.949,12	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO- (F)(NOTA 5)	27.957,84	27.957,84	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO-(F)(NOTA 16)	13.284.752,46	9.591.097,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 8)	17.321.440,27	14.866.488,93	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO-(P)(NOTA 17)	813,76	0,00
IMOBILIZADO- (P)(NOTA 11)	17.321.440,27	14.866.488,93	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO-(F)(NOTA 18)	772.829,07	1.187.817,63
			TOTAL DO PASSIVO	14.747.344,41	10.778.914,63
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			RESULTADOS ACUMULADOS	4.177.378,40	5.986.853,85
			RESULTADO DO EXERCÍCIO- (P)	-1.809.475,45	1.181.764,74
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES- (P)	5.986.853,85	4.805.089,11
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 25)	4.177.378,40	5.986.853,85
TOTAL	18.924.722,81	16.765.768,48	TOTAL	18.924.722,81	16.765.768,48
ATIVO FINANCEIRO (NOTA 26)	1.603.282,54	1.899.279,55	PASSIVO FINANCEIRO (NOTA 28)	17.225.169,64	15.490.014,85
ATIVO PERMANENTE (NOTA 27)	17.321.440,27	14.866.488,93	PASSIVO PERMANENTE(NOTA 29)	813,76	813,76
SALDO PATRIMONIAL				1.698.739,41	1.274.939,87

COMPENSAÇÕES

Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	2.782.698,44	4.787.378,57
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL (NOTA 31)	2.782.698,44	4.787.378,57

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ORDINÁRIA	8.007.711,49	7.761.972,94
VINCULADA	-23.629.598,59	-21.352.708,24
0005 - Recursos do FUNDEB 60% - Magistério	-11.651.127,83	-10.953.367,28
0006 - Recursos do FUNDEB 40% - Outras Despesas	-3.789.486,07	-1.577.895,45
0021 - Recursos do Salário-Educação	-1.047.213,89	-808.150,14
0022 - Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	6.479,36	-282,18
0023 - Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	-3.474.271,33	-3.335.407,13
0024 - Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	564,22	100,31
0025 - Outras Transferências do FNDE	-2.107.118,34	-3.340.467,52
0026 - Transferências de Convênios - Educação	-126.086,55	161.324,04
0028 - Transferências de Outros Convênios	-628,14	0,00
0205 - Complemento da União ao FUNDEB 60%	-399.058,29	-26.533,87



DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
0206 - Complemento da União ao FUNDEB 40%	-1.041.651,73	-1.472.029,02
TOTAL (NOTA 30)	-15.621.887,10	-13.590.735,30

Cibelly Cavalcante Vieira Ferro
Sec. de Educação

Jociéder Araújo Mineiro
CT - CRC-PE 027671/O-4





Fundo Municipal de Educação

BALANÇO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal de Educação

Exercício de 2018

Balanco Patrimonial
Anexo 14 da Lei Federal 4.320/64

Prestação de Contas de Gestão
Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018, alterada
pela Resolução TCE-PE nº 052, de 06 de fevereiro de 2019.

Reservados os direitos autorais e intelectuais destas notas explicativas sendo vedado a reprodução sem autorização do CESPAM



APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis (DCON) contemplam a execução e a análise dos orçamentos fiscais e da seguridade social, bem como os aspectos relacionados ao patrimônio público e suas variações, sendo materializadas nos *Balanços Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrativo da Dívida Flutuante acompanhados de Notas Explicativas*.

Para tanto, os dados do Fundo Municipal de Educação foram extraídos do Sistema Contábil **Betha**.

SAPO.

Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV e XXV da Resolução TCE-PE nº 48, de 19 de dezembro de 2018, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo II como por exemplo: o demonstrativo da dívida flutuante (Anexo XXV), dentre outros.



Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando os dados do balanço patrimonial de 2018, observamos que o total do ativo circulante (bens e direitos de curto prazo) foi de R\$ 1.603.282,54, enquanto o não circulante (bens e direitos de longo prazo) foi de R\$ 17.321.440,27. O passivo de curto prazo (circulante) apresentou o valor de R\$ 14.747.344,41, enquanto o passivo de longo prazo (não circulante) apresentou o valor de R\$ 0,00. Utilizando a equação patrimonial (ativo – passivo = patrimônio líquido), ao final do exercício, o patrimônio líquido do Fundo Municipal de Educação foi de R\$ 4.177.378,40, superavitário.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes a DCON.

DANNILO CAVALCANTE VIEIRA
Prefeito

CIBELLY CAVALCANTE VIEIRA FERRO
Secretária de Educação

ALFREDO COSTA FERRO
Diretor de Contabilidade

Documento Assinado Digitalmente por: DANNILO CAVALCANTE VIEIRA, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 5c5c525d-5e93-41a8-b168-5381c5f1d22c4

BALANÇO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal de Educação
Exercício de 2018



(Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018, alterada pela Resolução TCE-PE nº 052, de 06 de fevereiro de 2019)

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome do órgão ou entidade: Fundo Municipal de Educação
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 120-1 – Fundo Público.
CNPJ: 30.995.947/0001-40
Domicílio do órgão ou entidade: Rua Vidal de Negreiros, nº 43 – Bairro: Centro – Cidade: Bom Conselho – Pernambuco – CEP: 55.330-000.
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: O Fundo Municipal de Educação de Bom Conselho concebido quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 “Fundo Público” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A população estimada pelo IBGE é de 48.214 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 2,0. Durante o exercício de 2018 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.704 de 12 de dezembro de 2017 (LOA para o ano de 2018).
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
Consolidação das demonstrações contábeis: Esta demonstração contábil abrange unicamente os dados executados pelo Fundo Municipal de Educação de Bom Conselho, uma vez que se trata da prestação de contas desta entidade.
Dados da gestora do Fundo Municipal de Educação: Nome: Cibelly Cavalcante Vieira Ferro. Cargo: Secretária de Educação. Período de gestão: 01/01/2018 a 31/12/2018.
Dados do contador do Fundo Municipal de Educação responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e notas explicativas: Nome: Jociéder Araújo Mineiro. CRC-PE nº 027671/O-4. E-mail: jocieder@cespam.com.br .
Dados do Diretor de Contabilidade responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial no município: Nome: Alfredo Costa Ferro. Portaria nº: 053/2017. E-mail: drogapcicero@hotmail.com .
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: Cecília Márcia Bezerra de Matos. Portaria nº: 004/2017. E-mail: cmm.matos@hotmail.com .
Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: Betha Sapo
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: www.bomconselho.pe.gov/transparencia/ .

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público



(PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 048/2018 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2. Bases de mensuração utilizadas:

O balanço patrimonial foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento as NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo:

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques:

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2018, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2018, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado:

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível:

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na



Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante:

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos:

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões:

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado:

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos: Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Constituição de provisões: Não foi constituída provisão para equilíbrio atuarial do RPPS.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades: Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:



c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2018
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE (NOTA 1)	1.603.282,54	1.899.279,55
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA- (F)(NOTA 2)	1.575.324,70	1.871.321,71
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO- (F)(NOTA 5)	27.957,84	27.957,84

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2018 foram de **R\$ 1.603.282,54**, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos estoques e despesas (VPD) pagas antecipadamente.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2018 somam **R\$ 1.575.324,70**. O valor disponível apresentou decréscimo de **R\$ 295.997,01** em relação ao exercício de 2017 que foi de **R\$ 1.871.321,71**.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA DETALHADA (Art. 8º e Art. 50 da LC 101/2000 LRF)		
Entidades	Recursos Próprios	Recursos Vinculados
Fundo Municipal de Educação	932,07	1.574.451,06
Total	932,07	1.574.451,06

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

Níveis	Valor
Créditos de transferências a receber (1)	0,00
Dívida ativa tributária (2)	0,00
Dívida ativa não tributária (2)	0,00
TOTAL	0,00

(1) Ao final do exercício a classificação dos ativos a curto prazo mostra que o valor evidenciado como “Créditos de Transferência a Receber” no valor de **R\$ 0,00**, referem-se aos registros patrimoniais da receita por competência baseado nos valores liberados pelo FNAS no valor de **R\$ 0,00**. Os valores foram compensados financeiramente apenas no exercício de 2019 em atendimento ao estudo técnico da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e NBCASP.

Nota 4) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A CURTO PRAZO: Não houve ajustes para perdas de créditos tributários a curto prazo.

Descrição	2016	2017	2018	Média
Saldo da Dívida Ativa Tributária em 01 de janeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Arrecadado no ano	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentual de Arrecadação	%	%	%	%
Percentual de Perda de Arrecadação (%)	%	%	%	%

Saldo da Dívida Ativa em 31/12/2018 **R\$ 0,00**

Ajuste para Perda da Dívida Ativa Tributária (Curto Prazo) **R\$ 0,00**

Nota 5) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos “F” e “P”:

Níveis	Valor	Atributo
Tributos a recuperar/compensar	0,00	F
Depósitos restituíveis e valores vinculados	0,00	F
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	27.957,84	F
Créditos a receber por reembolso de salário família pago	0,00	F



Créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago	0,00	F
Subtotal	27.957,84	
Créditos previdenciários a receber	0,00	P
Créditos a receber e valores a curto prazo	0,00	P
Subtotal	0,00	P
TOTAL	27.957,84	

Nota 6) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total de **R\$ 0,00** compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 7) ESTOQUE: O saldo do estoque inicial em 31/12/2017 foi de **R\$ 0,00** e as incorporações em 2018 somam **R\$ 0,00**. As baixas de estoque informadas pelo setor de almoxarifado totalizaram **R\$ 0,00**. Sendo assim, o saldo final do estoque evidenciado no Balanço Patrimonial foi de **R\$ 0,00**.

POLÍTICA CONTÁBIL E CRITÉRIOS DE VALORAÇÃO ADOTADA NA MENSURAÇÃO DO ESTOQUE:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Valor total contabilizado em estoque.	0,00
Valor classificado em outras contas específicas da entidade.	0,00
Valor do estoque contabilizados pelo valor justo menos as despesas de vendas.	0,00
Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período.	0,00
Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período.	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos.	0,00
Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano.	0,00
Citar as circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a reversão da redução de estoques:	

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 8)	17.321.440,27	14.866.488,93
IMOBILIZADO- (P)(NOTA 11)	17.321.440,27	14.866.488,93

Nota 8) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam **R\$ 17.321.440,27**.

Nota 9) CRÉDITOS A LONGO PRAZO: O valor de **R\$ 0,00**, corresponde a **R\$ 0,00** de Dívida Ativa Tributária e **R\$ 0,00** da Dívida Ativa Não Tributária. Até o fechamento do balanço, o setor tributário do município não informou a previsão de perdas da dívida ativa. Sendo assim, adotamos como critério para as provisões para credores de liquidação duvidosa a média de arrecadação dos últimos três exercícios e o percentual de perda real.

Nota 10) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO: Na ausência de informações do setor de tributação, o ajuste para perdas foi calculado sobre o percentual de efetividade de arrecadação nos últimos três exercícios, levando em consideração o estoque inicial e final do crédito tributário a receber conforme memória de cálculo a seguir:

Descrição	2016	2017	2018	Média
Saldo da Dívida Ativa Tributária em 01 de janeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Arrecadado no ano	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentual de Arrecadação	%	%	%	%
Percentual de Perda de Arrecadação (%)	%	%	%	%

Saldo da Dívida Ativa em 31/12/2018 **R\$ 0,00**
Ajuste para Perda da Dívida Ativa Tributária (Longo Prazo) **R\$ 0,00**

Nota 11) IMOBILIZADO: O valor do imobilizado ao final do exercício de 2017 totalizou **R\$ 14.866.488,93**. No exercício de 2018 houve a incorporação de novos ativos imobilizados no valor de **R\$ 2.454.951,34**, sendo **R\$ 676.187,00**, de bens móveis e **R\$ 1.778.764,34** de Bens Imóveis. Somando o saldo de 2017 mais as incorporações de 2018 temos o saldo ao final de **R\$ 17.321.440,27**. O valor da depreciação acumulada dos bens móveis até o período foi de **R\$ 0,00** que retifica o ativo imobilizado. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou em tempo as informações relativas ao valor atualizado do imobilizado, bem como a



depreciação acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos a administração que tome medidas no sentido de manter as informações do patrimônio atualizadas para compatibilização em tempo da contabilidade. Não foi realizado teste de imparidade durante o exercício de 2018 em ativos com redução no poder de geração de caixa, bem como não houve reavaliação de ativos.

DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO:

Descrição	Valor (R\$)	
	2018	2017
Bens móveis	5.319.914,45	4.643.727,45
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens móveis)	(0,00)	(0,00)
Bens imóveis	12.001.525,82	10.222.761,48
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens imóveis)	(0,00)	(0,00)
Total	17.321.440,27	14.866.488,93

Nota 12) INTANGÍVEL: Os valores registrados no ativo intangível relativo a *softwares* utilizados nos equipamentos de informática da entidade totalizam **R\$ 0,00**. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas a amortização acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de controlar em tempo real os bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis

PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE (NOTA 13)	14.747.344,41	10.778.914,63
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVID. E ASSIST. A PAGAR-(F)(NOTA 14)	688.949,12	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO-(F)(NOTA 16)	13.284.752,46	9.591.097,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO-(P)(NOTA 17)	813,76	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO-(F)(NOTA 18)	772.829,07	1.187.817,63

Nota 13) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2018 foram de **R\$ 14.747.344,41**. O índice de liquidez corrente, excluído o RPPS, em 2018 foi de **0,11**. Ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo a entidade possui **R\$ 0,11** de ativos de curto prazo para cobrir. O índice de liquidez seca foi de **0,11** e o índice de liquidez imediata é **0,11**.

Nota 14) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar foi de **R\$ 688.949,12**. Aumento de **R\$ 688.949,12**, quando comparado com o exercício anterior que foi de **R\$ 0,00**.

Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

Níveis	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar	688.949,12	F
Encargos Sociais a Pagar	0,00	F
Subtotal	688.949,12	
Encargos Sociais a Pagar – Débito Parcelado a curto prazo	0,00	P
Subtotal	0,00	
TOTAL	688.949,12	

Nota 15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO): Corresponde as dívidas decorrentes de operações de crédito cujas parcelas tem vencimento até 31/12/2019.

Detalhamento	Valor
OUTROS (ESPECIFICAR)	0,00
TOTAL	0,00

Nota 16) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO: Ao final do exercício de 2018 ficou em restos a pagar o valor de **R\$ 13.284.752,46** relativo a fornecedores e contas a pagar. Aumento de **R\$ 3.693.655,46**, quando comparado com o exercício anterior que foi de **R\$ 9.591.097,00**.

Nota 17) OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO: As obrigações fiscais a curto prazo registra o valor de R\$ 813,76, que se refere a Imposto de Serviço de Qualquer Natureza não recolhido no exercício, que será regularizado no exercício de 2019.



Nota 18) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: As demais obrigações a curto prazo são compostas pelas consignações de R\$ 772.829,07, e depósitos não judiciais R\$ 0,00, totalizando R\$ 772.829,07. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Nota 19) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final de 2018 somam R\$ 0,00, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

Nota 20) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO: O montante de R\$ 0,00 compreende os Parcelamentos existentes relativos ao PASEP, INSS, RPPS, FGTS e outros, conforme valores representados na tabela:

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo	Saldos
Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – PASEP	0,00
Contribuições a Regime Próprio de Previdência – RPPS	0,00
Débito Parcelado – INSS	0,00
Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – FGTS	0,00
Outros (Especificar)	0,00
Total	0,00

Nota 21) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO): O valor evidenciado nos empréstimos e financiamentos de longo prazo foi de R\$ 0,00.

Detalhamento	Valor
OUTROS (ESPECIFICAR)	0,00
TOTAL	0,00

Nota 22) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (LONGO PRAZO): Ao final do exercício de 2018 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 13.284.752,46 relativo a fornecedores e contas a pagar.

Nota 23) PROVISÕES A LONGO PRAZO: As provisões totalizaram R\$ 0,00, e são relativas a Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS. Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 0,00 e Reversão de Provisões no valor de R\$ 0,00 conforme cálculo atuarial que consta desta prestação de contas. Não foi realizado cálculo atuarial.

TIPO/CLASSE DA PROVISÃO:	VALOR (R\$)
a.1) valor contábil do início do período.	0,00
a.2) valor contábil do final do período.	0,00
b) provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes.	0,00
c) valores utilizados (incorridos e baixados contra a provisão) durante o período.	0,00
d) valores não utilizados revertidos durante o período.	0,00
e) o aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto.	0,00
f) breve descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para qualquer saída resultante de benefícios econômicos ou potencial de serviços.	
g) indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas.	0,00
h) valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.	0,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:

CONTEXTUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:

PLANO FINANCEIRO	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Inativo	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Pensionista	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 0,00
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00



(-) Contribuição do Ativo	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Inativo	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Pensionista	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 0,00
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ativo	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
Plano de Amortização	R\$ 0,00
(-) Outros Créditos	R\$ 0,00
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano	R\$ 0,00
Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário	R\$ 0,00

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR SOBRE APORTE PARA DÉFICIT ATUARIAL:

Nota 24) DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO: Não houve registro de demais obrigações a longo prazo.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RESULTADOS ACUMULADOS	4.177.378,40	5.986.853,85
RESULTADO DO EXERCÍCIO- (P)	-1.809.475,45	1.181.764,74
RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES- (P)	5.986.853,85	4.805.089,11
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 25)	4.177.378,40	5.986.853,85

Nota 25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfez em 2018 o valor de **R\$ 4.177.378,40**. Os Resultados Acumulados de exercícios anteriores foram de **R\$ 5.986.853,85**. O Resultado do Exercício foi no valor de **R\$ -1.809.475,45**. O valor do resultado do exercício será detalhado a seguir:

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	5.986.853,85
Resultado do Exercício	-1.809.475,45
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.177.378,40



	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO (NOTA 26)	1.603.282,54	1.899.279,55
ATIVO PERMANENTE (NOTA 27)	17.321.440,27	14.866.488,93
PASSIVO FINANCEIRO (NOTA 28)	17.225.169,64	15.490.014,85
PASSIVO PERMANENTE (NOTA 29)	813,76	813,76
SALDO PATRIMONIAL	1.698.739,41	1.274.939,87

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ORDINÁRIA	8.007.711,49	7.761.972,94
VINCULADA	-23.629.598,59	-21.352.708,24
0005 - Recursos do FUNDEB 60% - Magistério	-11.651.127,83	-10.953.367,28
0006 - Recursos do FUNDEB 40% - Outras Despesas	-3.789.486,07	-1.577.895,45
0021 - Recursos do Salário-Educação	-1.047.213,89	-808.150,14
0022 - Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	6.479,36	-282,18
0023 - Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	-3.474.271,33	-3.335.407,13
0024 - Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	564,22	100,31
0025 - Outras Transferências do FNDE	-2.107.118,34	-3.340.467,52
0026 - Transferências de Convênios - Educação	-126.086,55	161.324,04
0028 - Transferências de Outros Convênios	-628,14	0,00
0205 - Complemento da União ao FUNDEB 60%	-399.058,29	-26.533,87
0206 - Complemento da União ao FUNDEB 40%	-1.041.651,73	-1.472.029,02
TOTAL (NOTA 30)	-15.621.887,10	-13.590.735,30

Nota 26) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam **R\$ 1.603.282,54**.

Nota 27) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam **R\$ 17.321.440,27**.

Nota 28) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de **R\$ 14.746.530,65**, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de **R\$ 2.478.638,99** perfazem o total de **R\$ 17.225.169,64**.

Nota 29) PASSIVO PERMANENTE: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam **R\$ 813,76**.

Nota 30) SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO: Evidencia o superávit/déficit financeiro que poderá ser utilizado como recurso para abertura de créditos adicionais segregados por fonte de recursos. Corresponde à diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O controle das disponibilidades por fonte de recursos é feito nas classes 7 e 8 do plano de contas. O total do Superávit Financeiro do exercício foi **R\$ -15.621.887,10**, sendo **R\$ 8.007.711,49** de recursos ordinários e **R\$ -23.629.598,59** de recursos vinculados.

Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	2.782.698,44	4.787.378,57
TOTAL (NOTA 31)	2.782.698,44	4.787.378,57

Nota 31) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO: Registra os valores das obrigações contratuais a executar. O valor do saldo no final do exercício foi **R\$ 2.782.698,44**.



c) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

<p>d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Não houve registro de passivos contingentes. Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.</p>
<p>d.2.Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.</p>
<p>d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.</p>
<p>d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros do exercício: Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registros do exercício.</p>

d) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

e) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

f) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XIII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 048/2018 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

<p>g.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.</p>
<p>g.2.Saldos significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa NÃO Disponíveis: Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.</p>
<p>g.3.Ativos imobilizados obtidos a título gratuito: Não houve no exercício de 2018 bens recebidos por doação. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.</p>
<p>g.4.Transferência de Ativos: Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.</p>
<p>g.5.Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito: Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2018. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.</p>
<p>g.6.Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos: Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.</p>
<p>g.7.Ajustes decorrentes de Omissões e Erros em Anos Anteriores ou de Mudanças de Critérios: Não foram feitos ajustes significativos decorrentes de omissão e erros de registro de anos anteriores ou relativos a mudanças de critérios.</p>



g.8.Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão.

g.9.Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício de 2018 relação de provisões a passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

TIPO/CLASSE DO PASSIVO CONTINGENTE:	
a) breve descrição da natureza do passivo contingente:	
b) estimativa dos efeitos financeiros.	R\$ 0,00
c) indicação das incertezas em relação ao valor ou à periodicidade de saída:	
d) possibilidade de algum reembolso:	

g.10.Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

g.11.Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

g.12.Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

g.13.Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Não foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões..

g.14.Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 7ª Edição p. 198):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

g.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

g.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

g.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

g. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

g. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

g. 20. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

O montante relativo a passivos perdoados foi de R\$ 0,00.

g. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

DESCRIÇÃO	TIPO/CLASSE	VALOR (R\$)
HERANÇAS	-	0,00
PRESENTES	-	0,00
DOAÇÕES	-	0,00
TOTAL		0,00

g. 22. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

g. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Não foram realizadas provisões matemáticas.

g. 24 TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
PERDA POR DESVALORIZAÇÃO RECONHECIDA OU REVERTIDA	0,00
VALOR RECUPERÁVEL	0,00
VALOR LÍQUIDO DE VENDA (VALOR POR REFERÊNCIA DE MERCADO DE ATIVO)	0,00
TOTAL	0,00

NATUREZA DO ATIVO QUE SOFREU O TESTE:

g.25. Análise do item 52 do ICC:

52 Há consistência no somatório dos saldos das contas com atributos legais [F] que compõem o Passivo do Balanço Patrimonial acrescido do Saldo Líquido do Demonstrativo dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação: $(\sum \text{Passivo [F] (BP)} + \sum \text{IRPNP} - \sum (\text{RNPL} + \text{RPNC})) (\text{BO}) + \sum \text{Saldo IRPNP (BF)} = \sum (\text{SES (DDF)})$.



Analisando as equações acima observamos que o valor dos restos a pagar não processado liquidados aparece duas vezes. Enquanto no balanço orçamentário, o dado aparece apenas uma vez. O saldo líquido dos Restos a Pagar Não Processados, só foram abatidos nos valores pagos. Logo, os valores liquidados e não pagos compõem o saldo final. Como já houve o movimento de liquidação, os Restos a Pagar Não Processados Liquidados compõem também os saldos das contas com atributos legais [F] do passivo do Balanço Patrimonial, causando assim a duplicidade. Acreditamos que o TCE-PE fará em breve ajustes relativos a esta equação.

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO:

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)				
DESPEAS CORRENTES	111.532,61	3.141.217,39	3.073.300,32	1.686.494,94	40.544,67	1.525.710,39
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	75.848,70	0,00	0,00	0,00	0,00	75.848,70
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.683,91	3.141.217,39	3.073.300,32	1.686.494,94	40.544,67	1.449.861,69
DESPEAS DE CAPITAL	57.313,22	1.401.850,76	1.401.850,76	1.194.993,89	0,00	264.170,09
INVESTIMENTOS	57.313,22	1.401.850,76	1.401.850,76	1.194.993,89	0,00	264.170,09
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (NOTA 8)	168.845,83	4.543.068,15	4.475.151,08	2.881.488,83	40.544,67	1.789.880,48

Passivos com atributo F do Balanço Patrimonial: R\$ 14.746.530,65.

Saldo líquido dos Restos a Pagar Não Processados no Balanço Orçamentário: R\$ 196.218,23

Inscrição de Restos a Pagar não Processados no Balanço Financeiro: R\$ 2.282.420,76.

Soma: R\$ 17.225.169,64.

Saldo para o exercício seguinte da Dívida Flutuante: R\$ 17.225.169,64.

Diferença: R\$ 0,00.

g) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo			



ajuste para perdas.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2018	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Civis e Militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2021	Concluído
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído



Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2022	Concluído
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).